CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O EMBATE ENTRE PRODUZIR OU COMPLICAR. EIS A QUESTÃO

MARIANA CAVALCANTI, DA REDAÇÃO
mariana.cavalcanti@curuca.org

Como dizia Odorico Paraguaçu, personagem de Dias Gomes interpretado por Paulo Grancindo, na novela "O Bem Amado" da Rede Globo, "A ignorância é que atravanca o progresso".

De um lado 45 produtores de camarão. Do outro, burocracias que travam o desenvolvimento socioeconômico do País, causando sérios prejuízos.

Há oito anos, produtores do Estado da Bahia estão sem licenças ambientais. Segundo o assessor Jurídico da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC, Natal/RN), Marcelo Azevedo Palma, que está à frente dos trabalhos de liberação das licenças ambientais para a carcinicultura na Bahia, tudo começou em 2007, quando a juíza da 6ª Vara Federal concedeu uma limitar, a pedido do Ministério Público Federal (MPF, Brasília/DF), que determinou a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para os novos projetos de criação de camarão. Além da determinação que a fiscalização das fazendas fosse realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama, Brasília/DF) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema, Salvador/BA).

"Enquanto os outros Estados do Nordeste, que sofreram ações idênticas, conseguiram cassar as liminares, o Estado da Bahia nada fez. O Estado deveria ter adotado medidas jurídicas para defender sua autonomia, pois detém a competência para fiscalizar. E mais, o Código Florestal estabelece que se deve exigir EIA/RIMA somente para novos projetos, acima de 50 hectares. Entretanto, o Inema não renovou e não concedeu as licenças. Ou seja, passou a exigir o EIA/RIMA também para cultivos antigos", recorda.

Antes disso, em 2002, o governo da Bahia realizou um levantamento do potencial para a carcinicultura e constatou que existem 100 mil hectares de áreas propícias para se criar camarão. Com isso, comenta Palma, esperava-se que o Estado produzisse 600 mil toneladas e gerasse 340 mil empregos (3,4 empregos diretos e indiretos por hectare), elevando-o para o 1° lugar no *ranking* nacional. Mas, atualmente, explora, somente, 2.096 hectares. "Na época, com base neste trabalho, o governo atraiu alguns empresários e concedeu as licenças ambientais. Entretanto, elas foram vencendo a partir de 2007 e o Inema não renovou, nem concedeu novas licenças", pontua o assessor.

De 2007 a 2011, ele informa, que a decisão judicial determinava que somente os projetos novos deveriam realizar EIA/RIMA, mesmo assim o Inema não renovou, nem emitiu novas licenças. "E mais, chegou inclusive a arquivar pedidos de renovação em 2009, alegando que a determinação partiu da juíza".

Já em 2011, quando o processo foi julgado, a mesma decidiu que todos os projetos deveriam apresentar o EIA/RIMA, inclusive os antigos. Hoje, o processo está em fase de recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

"Pode-se afirmar que existem dois entraves causando sérios prejuízos para o País: a demora na emissão de licenças e a ausência de legislação moderna e específica", acrescenta Palma e completa que "o atraso na entrega do documento, é sem sombra de dúvidas, uma barreira que impede o crescimento econômico do Brasil".

De acordo com ele, agora, qualquer atividade, exceto aquelas que não dependem do licenciamento simplificado, são obrigadas a esperar cerca de, no mínimo, cinco anos, para conseguir uma licença de operação.

Palma cita uma recente pesquisa divulgada, de uma consultoria de Nova Iorque (Estados Unidos), que dos 12 países pesquisados, o Brasil aparece na 81ª posição em termos de produtividade. "Um dos fatores

Fotomontagem:

para esta baixa produtividade é a demora do Poder Público para se expedir autorizações. O estudo cita, o exemplo de uma indústria farmacêutica, que possui filiais em 150 países, mas não investe em pesquisa na filial brasileira, pois aqui demora-se um ano para se obter autorização, enquanto nos Estados Unidos, o documento é emitido em cerca de dois a três meses. Este é um retrato claro de como a burocracia prejudica o desenvolvimento econômico", exclama.

A ABCC, como conta o assessor, tem cobrado insistentemente dos governos estaduais uma solução para a ausência de licença. Em agosto do ano passado, a entidade esteve com o governador da Bahia, Jaques Wagner, cobrando uma solução. "Ele autorizou a Secretaria do Meio Ambiente para que fossem adotadas medidas jurídicas para restabelecer a autonomia do Estado, mas nada foi feito até agora. Além disso, a associação elaborou um Projeto de Lei, específico para carcinicultura, já adaptado ao novo Código Florestal, e apresentou à Assembleia Legislativa. O projeto de lei já está tramitando, se aprovado, contribuirá para o desenvolvimento da atividade", explica.

Quando questionado sobre a peculiaridade deste problema enfrentado apenas por este setor, Palma esclarece que a carcinicultura por se constituir em uma atividade que, na maioria dos casos, é desenvolvida próxima a ecossistemas frágeis desperta a atenção de setores ambientalistas, que entendem que a atividade não pode conviver em perfeita harmonia com o meio ambiente. "Por isso, ela sofre perseguições de toda natureza. A falta de licença é gerada pela falta de interesse dos governos em incentivar o desenvolvimento da atividade".

"Ao longo dos anos, os Estados, a pretexto de um irracional zelo ambiental, estabeleceram um modelo de licenciamento ultrapassado e burocrático, que emperrou o desenvolvimento do País. Não há nada mais sustentável ecologicamente do que planejar o ambiente, estudá-lo e fixar os critérios para implantação de empreendimentos/atividades", explana. Palma sugere e frisa que "é fundamental que o Poder Público realize um planejamento de todas as áreas propícias para o cultivo da carcinicultura, dentro da nova política adotada pelo Código Florestal, promovendo-se, em seguida, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA/RIMA desses espaços. Para assim, os produtores voltarem a trabalhar e sustentar suas famílias estando regulares".

De acordo com Palma, para tudo se resolver, só depende da vontade política. Dessa vez, o *slogan* do Estado "Terra de todos nós" está só no discurso. ■

"SEM SOMBRA DE DÚVIDAS, A DEMORA E A INCERTEZA NO TOCANTE À EMISSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL, TÊM AFASTADO OS EMPREENDEDORES. ISSO OCORRE PORQUE OS ESTADOS NÃO PLANEJAM OS SEUS ESPAÇOS TERRITORIAIS. NO BRASIL, CONSTRÓI-SE TUDO, EM TODOS OS LUGARES, SEM O PRÉVIO PLANEJAMENTO"

MARCELO AZEVEDO PALMA
ASSESSOR JURÍDICO DA ABCC

MICROSAL®
Responsabilidade em Segurança Alimentar

FABRICAMOS E COMERCIALIZAMOS:
- Sulfato de cobre pentah 25% e monoh 35%
- Sulfato de zinco 21% e 35%
- Sultafo de cobalto 20%
- Fosfato bicálcico 18,5%
- Óxido de magnésio 52%
- Sulfato de manganês 26% e 31%
- Sulfato de ferro 20% e 30%
- Sulfato de magnésio 9%
- Outros micronutrientes

www.microsal.com.br

MATRIZ: Capivari/SP | (19) 3492-8000 | microsal@microsal.com.br | vendas@microsal.com.br
FILIAL: Caxias do Sul/RS | (54)3229-1455 | microsul@terra.com.br